

CONCORRÊNCIA Nº 04/2013
ATA N.º 07/2013

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às oito horas, a Comissão Especial de Licitações, nomeada pela portaria nº 309/13, sob a presidência de Lisiane de Oliveira De Stefane, acompanhada dos demais membros, reuniu-se, para a sessão de recebimento e análise de “pedido de reconsideração” protocolado pela empresa **RECICLAGEM ADEVA LTDA**, referente à **Concorrência 04/2013**, para “*Contratação de empresa especializada para operação de aterro sanitário, serviço de coleta de lixo convencional e seletiva, destinação final de resíduos, varrição, roçada e capina*”. O documento nominado pela solicitante como “pedido de reconsideração” em suma requer: “*o recebimento do pedido de reconsideração com efeito suspensivo, a fim de habilitar a requerente; ou anulação do processo licitatório*”. A licitante inconformada por ter seu recurso improvido, estando inabilitada no certame, vem a esta Comissão tentar novas argumentações na tentativa de permanecer no certame, sob as seguintes alegações:

I – A licitante reclama ter sido notificada no dia 02.05.13 por volta das 17h através de ligação e via fax do seu escritório de contabilidade, e ainda insinua que a Administração teria prazo somente até 31.07.13 para a referida notificação;

a) A Comissão primeiramente esclarece que não há no ordenamento jurídico administrativo uma previsão de prazo certo de resposta por parte da Administração, no entanto vista aos princípios da celeridade e eficiência sugere-se um bom prazo igualar ao prazo de recurso e contra-razões fornecido aos licitantes interessados, de cinco dias úteis, mesmo assim não há irregularidade alguma se esse prazo for estendido em razão da complexidade da matéria analisada. Vejamos então, ao caso em questão o prazo de contra-razões encerrou em 26.07.13 e por conseguinte o prazo de julgamento iniciou em 29.07.13 sendo que o julgamento e encaminhamento as licitantes ocorreu no dia 02/08/13 (dentro do prazo de cinco dias úteis);

b) Quanto a licitante ter sido notificada da ata de julgamento em seu escritório de contabilidade, a Comissão salienta que por diversas vezes na tarde de 02.08.13 tentou entrar em contato com a licitante através do telefone da própria empresa, não obtendo êxito, então para não lograr infrutífera suas tentativas entrou em contato com o escritório de contabilidade da referida empresa sendo que foi informado pela funcionária Janaíne que o próprio representante da empresa Adeva encontrava-se lá no momento, e que seria repassada ao interessado no mesmo momento a cópia da ata enviada por fax;

II – A empresa Adeva reclama a ata que julgou improvido seu recurso estar designando a data de abertura dos envelopes de propostas das empresas habilitadas, alegando que não lhe foi propiciado a análise do recurso e dos documentos em tempo hábil;

c) A Comissão esclarece que não há mais prazo de recurso quanto a fase de habilitação, pois foi propiciado a requerente todos os prazos que cabiam para poder defender-se, além do mais esteve a disposição da reclamante todos os documentos referentes ao processo durante todo o lapso de tempo em que está tramitando desde a sua abertura, bem como todas as atas, recursos, contra-razões foram encaminhadas diretamente a empresa e também ficando disponíveis a qualquer tempo através do site. Desse modo, nenhum fato novo ou documento

que veio a ser anexado neste processo e deixou de ser informado e disponibilizado a qualquer uma das licitantes.

d) Quanto estar marcada a data de abertura das propostas, não existe irregularidade alguma, pois como esclarecido, encerraram-se os prazos de recursos da fase de habilitação, conquanto na ata de nº 06/2013 houve a deliberação do Sr. Prefeito para se dar continuidade no processo estando acolhido o julgamento da Comissão, desta forma não cabendo mais recurso.

III – A empresa requer seja recebido o “pedido de reconsideração” com efeito suspensivo.

e) Esse “pedido de reconsideração” nada mais é do que a equivalência de um recurso, uma tentativa desesperada da requerente de prolatar o tempo de abertura das propostas, o que podemos sim considerar como uma ilegalidade na tentativa de frustrar o certame. Como esclarecido na alínea “d”, não cabe recurso da deliberação do Sr. Prefeito, além do mais já foram oportunizados todos os prazos de recurso cabíveis a empresa Adeva e caso concordássemos com a suspensão do andamento do processo estaríamos assim incorrendo em uma irregularidade, vista que estaríamos beneficiando a empresa reclamante em relação as outras empresas habilitadas.

Diante o exposto a Comissão decide por manter a abertura dos envelopes de propostas das licitantes habilitadas no processo marcada para o dia **05/08/13 às 10h**, em virtude de não haver nenhum óbice para o andamento do processo. Encaminham-se os autos ao Sr. Prefeito Municipal para deliberar acerca da decisão da Comissão. Esta ata encontrar-se-á disponível também no site www.vacaria.rs.gov.br, link licitações e mural. Nada mais havendo a relatar, eu Lisiane de Oliveira De Stefane, Presidente da Comissão de Licitações, encerro a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão de Licitações.